

Ato em apoio ao Ministério Público e contra o PDDU

Depois de participar de diversas articulações envolvendo movimentos e entidades da sociedade civil contra o PDDU, o Instituto Búzios, junto com diversas entidades e movimentos sociais, organizou um ato de solidariedade ao Ministério Público Estadual e Federal em 29 de janeiro de 2009. Temos tomado importantes iniciativas para frear a devastação ambiental que vem ocorrendo em Salvador e que vem se agravando com a aprovação escandalosa do PDDU no apagar das luzes de 2007. Depois, os manifestantes dirigiram-se ao IBAMA para cobrar deste o cumprimento de suas funções no licenciamento e fiscalização dos projetos desenvolvidos em Salvador, especialmente o Estádio de Pituacú, a Tecnovia e empreendimentos imobiliários. A manifestação contou com diversas lideranças políticas do movimento negro e popular. As articulações continuam e o ano de 2009 promete ser recheado de muita luta popular em defesa de Salvador. Mais informações: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ba-ministerios-publicos-querem-fiscalizacao-ambiental-rigorosa-na-paralela/>

MPF/BA: Ministérios Públicos querem fiscalização ambiental rigorosa na Paralela
27/1/2009 10h52

Em conjunto, Ministério Público Federal e Ministério Público da Bahia adotarão uma série de medidas em busca de uma Salvador ambientalmente sustentável

Em reunião realizada ontem, 26 e janeiro, sobre as decisões relativas ao novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), os Ministérios Públicos Federal (MPF/BA) e Estadual da Bahia (MPE/BA) decidiram adotar uma série de medidas nos próximos dias a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável da cidade de Salvador, com respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da população.

As providências que serão tomadas têm como objetivo respeitar a recente liminar do Supremo Tribunal Federal e, ao mesmo tempo, garantir a necessária proteção ambiental. O Ibama, por enquanto, não pode mais licenciar os empreendimentos, mas, juntamente com os órgãos ambientais estaduais e municipais, permanece com o dever de exercer seu poder de polícia. A autarquia federal continua tendo como dever apurar infrações ambientais e punir os responsáveis, inclusive as que ocorrerem ou estiverem ocorrendo na Avenida Paralela, na Orla, no Comércio, em Salvador e no estado da Bahia.

As medidas dos Ministérios Públicos são:

Polícia Federal - Será solicitada à direção-geral da Polícia Federal que designe, com urgência, uma equipe técnica integrada por policiais federais do Serviço de Perícias de Engenharia e Meio Ambiente e da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, para que realizem inspeções, avaliações, estudos, pareceres e relatórios conclusivos a respeito dos danos ambientais que estão sendo causados na cidade de Salvador.

Órgãos Nacionais do MPF - O MPF/BA pedirá também ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, e à 4ª. Câmara de Coordenação e Revisão, órgão

do MPF responsável pela coordenação das ações de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, a designação de servidores para integrar a referida equipe técnica.

Recomendações – Serão expedidas recomendações ao Ibama, ao Instituto do Meio Ambiente da Bahia (IMA) e à Superintendência do Meio Ambiente de Salvador-BA (SMA) para que realizem inspeção in loco e análise documental do estádio de Pituaçu e dos 34 empreendimentos da Paralela (listados ao final). O Ministério Público requer, ainda, que sejam emitidos relatórios técnicos e que os órgãos ambientais fiscalizem, periodicamente, o cumprimento das sanções eventualmente impostas. As medidas têm o caráter de cientificar autoridades e servidores públicos da necessidade de serem adotadas ações específicas de proteção ao meio ambiente, sob pena de eventual responsabilização civil, administrativa e criminal.

Inquéritos - A fim de apurar eventuais danos ambientais e adotar providências de recuperação ao meio ambiente e de responsabilização, em todos os âmbitos, dos agentes privados ou públicos responsáveis, inclusive instituições financeiras, serão instaurados 34 inquéritos civis, um para cada empreendimento situado na Paralela (listados ao final).

Depoimentos e explicações – O superintendente e o procurador-chefe do Ibama na Bahia serão notificados para prestarem, ainda nesta semana, esclarecimentos sobre o porquê do não-cumprimento da recomendação dos Ministérios Públicos a respeito do estádio de Pituaçu. O presidente e os procuradores-chefes, em âmbito nacional, do Ibama, também serão notificados para prestarem declarações sobre o episódio.

Empreendimentos - os empreendimentos a serem fiscalizados pelos órgãos de proteção ambiental (federal, estadual e municipal) são os seguintes: Tecnovia – Parque Tecnológico; Condomínio Horto Bela Vista; Shopping Paralela; Cemitério Memorial da Paz; Condomínio Art Ville; Absolutto Imbuí; Condomínio Manhattan Square; Palm Ville; Alpha Life; Reserva Arboretto; Prime Ville; Atlantic Garder; Condomínio Ikê; Condomínio Tamari; Salvador Ville; Senai-Cematec (ampliação); Le Parc; Carpe Diem Alphaville; Brisas Residencial Clube; Alphaville Salvador 2; Natura Ville; Ocean View; Reserva Alphaville; Residencial Laguna; Aterro Orlando Gomes; Morada dos Príncipes; Colinas de Piatã; One Life; Forest Ville; Vila Alegre; Garden Ville; Jardim Mediterrâneo; Nova Escola Ensino Médio – Sesi; Canal de Mussurunga.

Os Ministérios Públicos registram, mais uma vez, que as medidas não têm a finalidade de causar prejuízos a consumidores, empreendedores ou trabalhadores da construção civil. Ao contrário, o objetivo maior é assegurar o desenvolvimento sustentável da cidade de Salvador, com respeito ao meio ambiente, preservando-se o bem-estar e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Para tanto, é indispensável a vinda de Brasília/DF de uma equipe técnica da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, inclusive para que seja analisado o modo de atuar dos órgãos de proteção ambiental federal, estadual e municipal. O momento, mais que nunca, é de apurar danos ambientais e aplicar medidas aos responsáveis.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República na Bahia
Tel.: (71) 3338 8003 / 3338 8000
E-mail: ascom@prba.mpf.gov.br

Link: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ba-ministerios-publicos-querem-fiscalizacao-ambiental-rigorosa-na-paralela/>